

25 ANOS LEVANDO MAIS ENERGIA PARA A BAHIA.



SALVADOR
Avenida Professor Magalhães Neto, 1838,
Ed. Civil Business – Pituba.
CEP: 41.810-012
Tel.: (71) 3206-6000
CNPJ: 04.432.153/0001-20

CAMAÇARI
Via Axial, 279,
Polo Petroquímico de Camaçari.
CEP: 42.810-400

ITABUNA
Rodovia BR-415, s/n,
Centro Industrial de Itabuna.
CEP: 45.604-811

FEIRA DE SANTANA
Rodovia BR-415, s/n – Subaé.
CEP: 44.001-535

EUNÁPOLIS
Rua Floriano Peixoto, 293 - Centro.
CEP 45.820-340

MUCURI
Avenida Costa Rica, 164,
Distrito de Itabáta – Cidade Nova.
CEP: 45.936-000

JEQUÉ
Avenida César Borges, 815,
Jequiezinho.
CEP: 45.208-001



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Companhia de Gás da Bahia – Bahiagás, concessionária responsável pela distribuição de gás natural canalizado no estado da Bahia, apresenta este Relatório da Administração com o objetivo de prestar contas e demonstrar os resultados obtidos em 2019. Foi um ano marcado por desafios e conquistas, que culminaram com a celebração dos 25 anos da Companhia.

Estas duas décadas e meia deram à Bahiagás a experiência e competência necessárias para oferecer os melhores serviços. Assim, a Companhia cresceu e levou os benefícios do gás natural a um número cada vez maior de pessoas ao longo desses anos. Hoje, com aproximadamente 60 mil clientes, a empresa continua crescendo.

Em 2019, a Bahiagás prosseguiu com a sua expansão pelo interior do estado. O Gás Sudoeste – Duto de Distribuição do Sudoeste, maior projeto de interiorização da Companhia, seguiu com as obras do primeiro trecho. Além disso, realizamos a licitação para as obras do segundo trecho.

O Sul da Bahia também passou por importantes intervenções da Bahiagás em 2019. Aumentamos a rede urbana na cidade de Itabuna, levando o gás natural a estabelecimentos comerciais que antes não usufruíam do produto. No mesmo ano, a Companhia iniciou o fornecimento do energético ao primeiro cliente residencial no município. Já no Agreste Baiano, a cidade de Alagoinhas passou a ter o primeiro cliente comercial.

Continuamos trabalhando para atender ainda mais cidades baianas. Em 2019, iniciamos um estudo de viabilidade técnica para levar o gás natural a Vitória da Conquista. Nosso objetivo é proporcionar à terceira maior cidade da Bahia mais modernidade e desenvolvimento por meio do energético. Também assinamos um termo de cooperação com o município de Porto Seguro, visando desenvolver estudos para o atendimento futuro a um dos principais destinos turísticos do estado da Bahia.

A Região Metropolitana de Salvador é outra beneficiada. Um bom exemplo disso foi o início das obras do Duto Via Metropolitana, entre as cidades de Salvador e Lauro de Freitas. Trata-se de um empreendimento que terá 3,4 km de extensão e será utilizado para o atendimento ao novo Hospital Metropolitano de Lauro de Freitas - esta unidade de saúde utilizará o gás natural no processo de climatização.

Em 2019, continuamos, ainda, com a busca pela diversificação das nossas fontes supridoras e, consequentemente, melhores condições mercadológicas para a aquisição do gás natural. Por meio da Chamada Pública Coordenada, realizada em conjunto com outras concessionárias do Nordeste, recebemos manifestações de interesse de 12 empresas. Entre elas, quatro prosseguiram para a etapa de negociação.

Outro reflexo dessa nossa busca por novos fornecedores foi a assinatura, em 2019, de contrato de compra e venda com a Alvopectro, produtor independente de petróleo e gás natural. No mesmo ano, inclusive, foram iniciadas as obras de construção de um gasoduto e de uma Estação de Transferência de Custódia (ETC) com capacidade para processar até 2 milhões m³/dia, possibilitando a compra do gás natural diretamente da Alvopectro.

Como a relação da Bahiagás com a sociedade baiana vai além do negócio do gás natural, lançamos, em 2019, um novo Edital para Seleção de Patrocinios a Projetos Culturais, Sociais, Esportivos, Científico-Acadêmicos e Ambientais, tendo sido inscritos quase 500 projetos.

Essas realizações da Bahiagás no ano de 2019 são só alguns exemplos de que seguimos firmes no compromisso de expandir o gás natural no estado, beneficiar muito mais pessoas e empresas com o uso do energético e manter uma relação cada vez mais próxima com a comunidade baiana, trabalhando em prol do seu desenvolvimento. Que os próximos 25 anos sejam igualmente celebrados, colhendo os frutos de todo empenho e dedicação que plantamos hoje.

DESEMPENHO COMERCIAL 2019 E PREVISÃO PARA 2020

A expansão da malha de distribuição tem proporcionado uma maior atuação comercial da Bahiagás, com o atendimento a áreas desprovidas de gás natural. Mais indústrias, comércio e famílias passaram a sentir os benefícios do gás natural a partir de 2019. A Companhia alcançou um expressivo número de novas unidades consumidoras interligadas, enquanto que o volume de vendas atendeu às expectativas. Em 2019, a Companhia atingiu a importante marca de 1.000 km de rede de gasodutos construída, distribuindo o gás natural, em diferentes segmentos de mercado, para diversos municípios do estado da Bahia. Entre eles podemos citar Salvador, Camaçari, Alagoinhas, Amélia Rodrigues, Candeias, Catu, Conceição do Jacupe, Dias D'Ávila, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Lauro de Freitas, Mucuri, Pojuca, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Simões Filho.

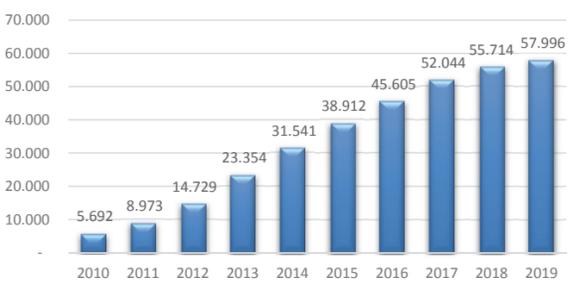
Crescimento de Clientes
O número de unidades usuárias interligadas à rede de distribuição da Bahiagás, em 2019, ultrapassou a marca dos 57 mil, o que corresponde a um crescimento de aproximadamente 4% em relação ao resultado alcançado em 2018. Vale destacar o segmento residencial, que corresponde a mais de 90% do total de unidades consumidoras da Companhia. A Bahiagás, inclusive, ocupa o primeiro lugar na região Nordeste e encontra-se entre as maiores do Brasil no segmento.

O aumento líquido de unidades consumidoras interligadas durante o ano de 2019 foi de 2.282, sendo o segmento residencial o carro-chefe do número de novas ligações, com 2.197. Outro ponto de destaque é a interligação de diversos clientes residenciais e comerciais na cidade de Feira de Santana, que já conta com mais de 1,9 mil unidades consumidoras.

Os números acima apresentados evidenciam que a atuação da Bahiagás é cada vez mais eficiente, exercendo sua atividade com importantes avanços no estado da Bahia e cumprindo, assim, o seu papel enquanto concessionária estadual de distribuição de gás canalizado.

A previsão para 2020 é de superação da marca de 63 mil unidades consumidoras contratadas, com a interligação de mais de 5 mil novas unidades. Para tanto, a Bahiagás vem focando na captação/ligação de clientes na capital e no interior do estado, intensificando sua participação no varejo com o atendimento a estabelecimentos comerciais, e a condomínios residenciais.

Evolução do número de Unidades Consumidoras

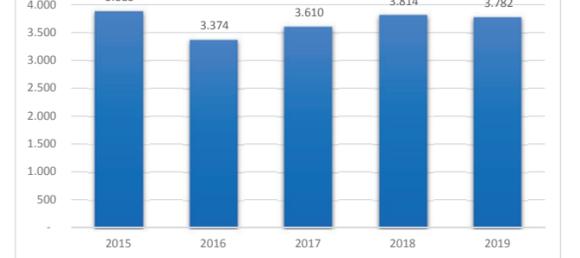


Evolução das Vendas

Em 2019, a Bahiagás atingiu um volume total de vendas de aproximadamente 1,38 bilhão de m³/ano, o que equivale a uma média diária de cerca de 3,78 milhões de m³/dia, correspondendo a uma redução de 0,84% em relação às vendas de 2018.

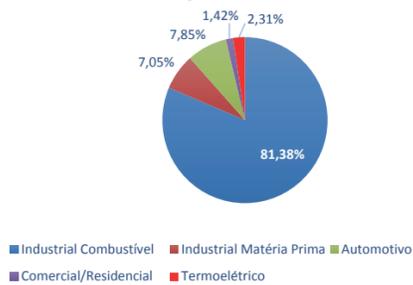
A evolução das vendas anuais da Companhia no período de 2015 a 2019 pode ser visualizada nos gráficos abaixo:

Evolução do Volume Comercializado (mil m³/dia)

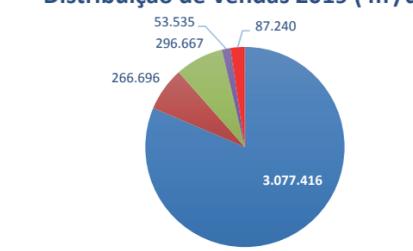


A distribuição das vendas anuais de 2019, entre os diversos segmentos atendidos pela Companhia, pode ser visualizada nos gráficos abaixo:

Distribuição de Vendas 2019



Distribuição de Vendas 2019 (m³/dia)



Desempenho por segmento:

Industrial – Este segmento foi responsável, em 2019, por 88,43% do total de vendas da Bahiagás, sen-

do 81,38% para o uso como combustível e 7,05% para uso como matéria-prima petroquímica. Quando comparado com o ano de 2018, o volume de vendas de 2019 foi 3,9% inferior. Destaca-se, ainda, a importante marca de consumo médio diário deste segmento em 2019, que chegou a 3,3 milhões de m³/dia, sendo que os principais ramos de atividade foram o químico e petroquímico, papel e celulose, cerâmica, alimentos e bebidas e metalúrgico.

De forma geral, o consumo de gás natural pelo segmento industrial tem uma importante participação do Polo Industrial de Camaçari, mas também se expande para o Centro Industrial de Aratu, Feira de Santana, Alagoinhas, Eunápolis, Mucuri, Itabuna e Ilhéus.

Automotivo – Em 2019, o segmento automotivo apresentou um volume de vendas médio de cerca de 296 mil m³/dia, com crescimento significativo de 10% em relação a 2018, o que reforça, não só a competitividade do preço do GNV em relação aos combustíveis líquidos concorrentes, mas também a continuidade do crescimento deste importante segmento. A Bahiagás encerrou o ano com 63 postos de combustíveis contratados, os quais forneceram o energético para os usuários finais.

Residencial – O segmento residencial também apresentou bons resultados no ano de 2019, tendo alcançado um volume médio diário de vendas da ordem de 18,4 mil m³/dia. A maior parte da expansão das vendas ocorreu na cidade de Salvador. Quando comparado com o ano de 2018, o volume de vendas de 2019 deste segmento foi 0,87% superior.

Outros grandes destaques foram: o crescimento na cidade de Feira de Santana, onde a Companhia aumentou em 32% o número de unidades atendidas, e o início do fornecimento, neste segmento, na cidade de Itabuna, alcançando a marca de 240 residências.

Comercial – Em 2019, as vendas ao segmento comercial chegaram a 35 mil m³/dia, com expansão do número de clientes interligados à malha de distribuição de gás natural em Salvador e no interior do estado, resultado este que engloba as vendas do subsegmento **Geração, Cogeração e Climatização**. Quando comparado com o ano de 2018, o volume de vendas de 2019 deste segmento foi 4,64% superior.

A Bahiagás tem intensificado seus esforços comerciais para apresentar soluções tecnológicas mais eficientes e inteligentes aos seus clientes nas áreas de **Geração, Cogeração e Climatização**, com a operação de novos equipamentos que vem diversificar o uso do gás natural.

Termoelétrico – A Bahiagás tem contrato com a Imetame para atendimento à UTE Prosperidade I, com potência de 28MW e consumo de até 150.000m³/dia de gás natural, tendo sido alcançado um volume médio diário de vendas da ordem de 87 mil m³/dia em 2019. Quando comparado com o ano de 2018, o volume de vendas de 2019 deste segmento foi 568% superior, justificado pelo fato da planta haver entrado em operação apenas no segundo semestre de 2018.

Visando ampliar o atendimento ao segmento termoelétrico, foram firmados termos de compromisso com empreendedores com projetos termoelétricos para participação dos Leilões de Energia Nova promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME) - em outubro de 2019, a Imetame venceu o Leilão de Energia Nova A-6/2019 com a contratação da UTE Prosperidade II para a geração de 33,4MW (equivalente a 180 mil m³/dia), com previsão de início de operação em 2025.

SUPRIMENTO DE GÁS NATURAL

Em 2019, foi dado continuidade à Chamada Pública Coordenada, que teve o objetivo de atrair novos fornecedores nacionais e internacionais para o atendimento da demanda de gás natural da região Nordeste, com condições mais competitivas. Foram recebidas manifestações de interesse de 12 empresas, das quais quatro prosseguiram para a fase de negociação.

Ainda no âmbito da Chamada Pública, a Bahiagás e Petrobras assinaram contrato de Compra e Venda de Gás Natural em 23 de dezembro de 2019, na modalidade Firme Inflexível, o qual vigorará até 31 de dezembro de 2020 e garantirá o fornecimento ao mercado atendido pela Bahiagás no período.

Durante o ano de 2019, foram iniciadas, ainda, as obras de construção da infraestrutura necessária para o recebimento do gás natural fornecido pela Alvopectro, produtor independente de óleo e gás da Bacia do Recôncavo.

Estão sendo construídos pela Bahiagás a estação de transferência de custódia (ETC), a ser localizada no município de Mata de São João, e o gasoduto de distribuição de 15 km de extensão, até o município de Dias D'Ávila, com investimentos da ordem de R\$ 30 milhões. Do outro lado, a Alvopectro está construindo um gasoduto de escoamento entre os municípios de Camaçari e Mata de São João, e uma unidade de processamento de gás natural (UPGN) para garantir a qualidade do gás entregue, conforme regulamentação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

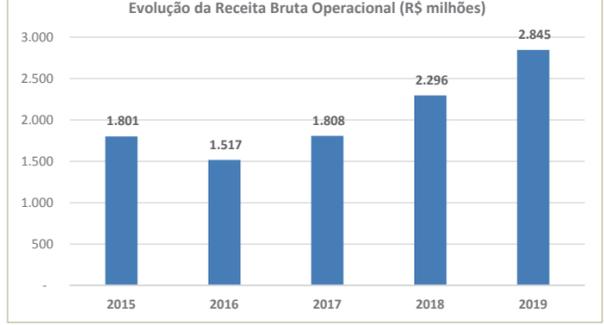
O contrato firmado com a Alvopectro prevê o fornecimento, em diversas modalidades contratuais, de até 500.000 m³/dia de gás natural à Bahiagás, o qual será proveniente da jazida unitizada dos campos de Caburé, Caburé Leste e Cardeal do Nordeste, operados pela Imetame, com início de suprimento previsto para o primeiro quadrimestre de 2020.

A Bahiagás assinou, ainda, em 1º de agosto de 2019, o 5º Aditivo ao contrato de compra e venda de gás natural com o Consórcio ERG, com previsão de retomada do fornecimento para o mês de março de 2020.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

As demonstrações financeiras de 2019 da Bahiagás revelam os resultados alcançados pela Companhia, consolidando sua posição como uma das principais distribuidoras de gás natural do País. Contudo, mudanças ocorridas no ambiente regulatório, iniciadas desde o final do exercício 2018, vem ocasionando impactos negativos nos principais indicadores da Companhia.

1) Receita Bruta Operacional
A receita operacional bruta de vendas, no exercício 2019, alcançou R\$ 2,8 bilhões, representando um aumento de 24% em relação às vendas do exercício anterior (R\$ 2,3 bilhões). Os números alcançados são justificados basicamente pelo repasse do aumento do preço de aquisição do gás natural, em decorrência da aplicação das regras de reajuste previstas no contrato de compra e venda de gás natural na modalidade de firme inflexível, firmado com a Petrobras, em 1º de maio de 2018, e que vigorou até 31 de dezembro de 2019. Por outro lado, se observou, em 2019, uma queda do volume vendido de 0,84% frente a 2018. O gráfico abaixo demonstra a evolução da Receita Bruta Operacional da Companhia no período 2015-2019:



2) Custo de Aquisição do Gás Natural

Em 2019, o custo de aquisição do gás natural alcançou o montante de R\$ 2.004 milhões, valor este 27,4% superior ao realizado em 2018 (R\$ 1.573 milhões), fruto da entrada em vigor do novo contrato de compra e venda de gás natural na modalidade firme inflexível firmado com a Petrobras em 1º de maio de 2018, cujas novas regras de precificação implicaram em relevantes aumentos do preço do gás.

Adicionalmente, no novo contrato firmado, está prevista a cobrança do Preço do Gás de Ultrapassagem (PGU) e PGU2) nos casos em que a Quantidade Diária Retirada (QDR) seja superior a 105% da Quantidade Diária Contratual (QDC), regra esta que também contribuiu para a elevação do preço médio de compra do gás natural ao longo de 2019.

A evolução do Custo de Aquisição do gás natural no período 2015-2019 pode ser visualizada no gráfico abaixo:



3) Margem Bruta

A Margem Bruta da Bahiagás, em 2019, atingiu o montante de R\$ 278 milhões, frente a R\$ 266 milhões em 2018, o que implica num aumento de 4,3%, justificado por um conjunto de fatores positivos e negativos, abaixo descritos:

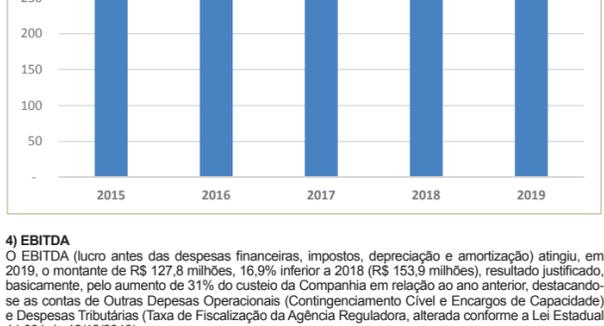
i) A Margem Bruta Média relativa ao Exercício 2019, que foi cerca de 38,4% menor do que aquela aprovada em 2018, foi aprovada pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA) apenas no final do mês de outubro/19, e não no mês de maio como ocorreu em 2018, razão pela qual os seus eventuais efeitos serão levados para o exercício 2020 sob a forma de ajustes, conforme previsto no Contrato de Concessão.

ii) Em 2019 foram apuradas diferenças de medição entre a Bahiagás e a Supridora, cujas variações estiveram dentro dos limites estabelecidos contratualmente.

iii) Houve pagamentos de PGU1 e PGU2 à Supridora em 2019.

iv) A AGERBA manteve, desde 11/01/2019, a aplicação de um redutor de R\$ 0,06/m³ sobre as tarifas da Bahiagás, o qual permanece em vigor até o presente momento.

A evolução da Margem Bruta no período 2015-2019 pode ser visualizada no gráfico a seguir:



4) EBITDA

O EBITDA (lucro antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização) atingiu, em 2019, o montante de R\$ 127,8 milhões, 16,9% inferior a 2018 (R\$ 153,9 milhões), resultado justificado, basicamente, pelo aumento de 31% do custo da Companhia em relação ao ano anterior, destacando-se as contas de Outras Despesas Operacionais (Contingenciamento Civil e Encargos de Capacidade) e Despesas Tributárias (Taxa de Fiscalização da Agência Reguladora, alterada conforme a Lei Estadual 14.031 de 12/12/2018).

A evolução do EBITDA no período 2015-2019 pode ser visualizada no gráfico que segue:



5) Lucro Líquido do Exercício

A Companhia registrou, em 2019, o Lucro Líquido de R\$ 93,9 milhões, representando um decréscimo de 19,5% em relação a 2018 (R\$ 116,7 milhões), o que se justifica: i) pelo aumento do custo da Bahiagás (destacando-se as contas de outras despesas operacionais: Contingenciamento Civil e Encargos de Capacidade e Despesas Tributárias: Taxa de Fiscalização da Agência Reguladora, alterada conforme a Lei Estadual 14.031 de 12 de dezembro de 2018); ii) pelas deliberações da AGERBA que causaram efeito direto sobre a Margem Bruta da Bahiagás.

Deste montante, R\$ 13,1 milhões são decorrentes do Benefício Fiscal Sudene, fator que aumenta de forma substancial a capacidade de investimento da Companhia.

A evolução do Lucro Líquido no período 2015-2019 pode ser visualizada no gráfico abaixo:



6) Caixa e Equivalentes de Caixa

A Companhia encerrou o exercício de 2019 com o montante de R\$ 377,4 milhões em caixa, representando, portanto, um aumento de 8% relativamente a 2018 (R\$ 349,4 milhões).

É importante registrar que o caixa relativo ao exercício 2019 foi impactado pela entrada de recursos oriundos do Contrato de Financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) - em 2019 ocorreram duas liberações de recursos pelo BNB, sendo a primeira em junho, no valor de R\$ 21,6 milhões, e a segunda em outubro, no valor de 26,7 milhões, totalizando R\$ 48,3 milhões.

Além disso, diante das recentes decisões da AGERBA que impactam diretamente a margem e o fluxo de recebimentos da Companhia e, consequentemente, as suas projeções de disponibilidade de caixa, o pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio aos Acionistas, no valor estimado de R\$ 30 milhões, foi adiado, ficando a definição do novo cronograma de pagamento para a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas (AGO), que vai deliberar sobre as Demonstrações Financeiras de 2019.

A evolução do Caixa e Equivalentes de Caixa no período 2015-2019 pode ser visualizada no gráfico abaixo:



INVESTIMENTOS REALIZADOS

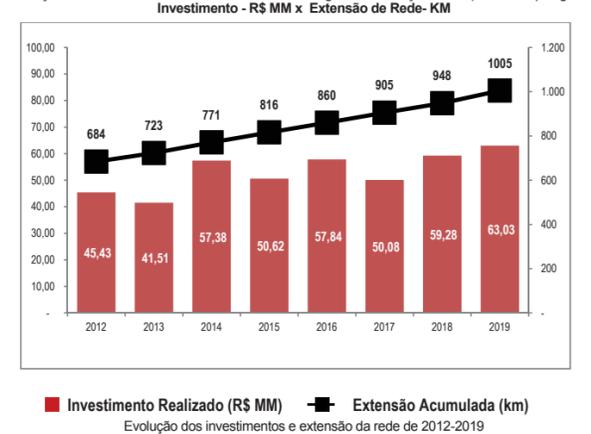
A Bahiagás investiu o montante de R\$ 63 milhões em 2019, atingindo 71% dos valores previstos para o período, ampliando a sua malha de gasodutos em 56 km e ligando 2.348 novos clientes.

Entre os investimentos realizados, merece destaque os valores aplicados na região Sudoeste do estado, da ordem de R\$ 22 milhões, com a continuidade das obras do primeiro trecho do Gás Sudoeste. O referido empreendimento, tem uma previsão de investimentos totais de R\$ 372 milhões e 306 km de extensão disponibilizando o gás natural para o atendimento aos setores industrial, automotivo, comercial e residencial na região.

Além disso, a Companhia destinou para a expansão em Salvador investimentos da ordem de R\$ 4,65 milhões, com 5,6 km de rede construída, tendo como destaques as conclusões dos seguintes empreendimentos:

- Adensamento Santa Tereza: obra relevante para o atendimento ao segmento residencial nas ruas Parambu, Hélio de Oliveira e Luiz Anselmo, Karol Wojtla, Francisco Jorge e Rua Hélio de Oliveira;
- Duto Travessa Silveira Martins: com a finalidade de fornecer gás natural aos seguintes empreendimentos: Residencial Natura Ville, Residencial Portal das Árvores e Condomínio Reserva Atlântica - Residencial Acácia, Jacarandá e Jequitibá;

Nos segmentos industrial e automotivo, a Bahiagás investiu cerca de R\$ 1,4 milhão para a conexão de novos usuários nos seguintes municípios: Salvador, Feira de Santana, Simões Filho, Camaçari e Ilhéus. Objetivando viabilizar a distribuição de gás proveniente de novo produtor de gás natural na região de Mata de São João, a Bahiagás investiu cerca de R\$ 10 milhões nas obras para a construção de uma ETC – Estação de Transferência de Custódia e de 15 km de gasoduto de aço em 16” (dezesseis polegadas).



PERSPECTIVAS 2020-2024

O Plano Plurianual de Negócios da Bahiagás (2020-2024) prevê a aplicação de R\$ 598 milhões em investimentos nos próximos cinco anos, destinados: i) à expansão da infraestrutura de distribuição de gás natural; ii) ao desenvolvimento de oportunidades de negócios para atendimento a novos clientes; iii) à viabilização de novas oportunidades de negócios a partir da contratação de novos fornecedores; iv) à modernização e ampliação das instalações da Companhia; v) a projetos de melhorias; e vi) à atuação na nova dinâmica de mercado – regulação de Autoprodutor, Autoimportador e Consumidor Livre.

A tabela apresenta o planejamento dos investimentos e da ampliação da extensão da rede de distribuição da Bahiagás de 2020-2024.

	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL 2020-2
--	------	------	------	------	------	--------------

25 ANOS LEVANDO MAIS ENERGIA PARA A BAHIA.



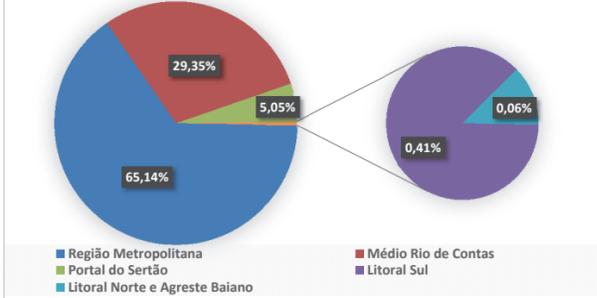
- SALVADOR**
Avenida Professor Magalhães Neto, 1838,
Ed. Civil Business - Pituba.
CEP: 41.810-012
Tel.: (71) 3206-6000
CNPJ: 04.432.153/0001-20
- CAMAÇARI**
Via Axial, 279,
Polo Petroquímico de Camaçari.
CEP: 42.810-400
- ITABUNA**
Rodovia BR-415, s/n,
Centro Industrial de Itabuna.
CEP: 45.604-811
- FEIRA DE SANTANA**
Rodovia BR-415, s/n - Subaé.
CEP: 44.001-535

- EUNÁPOLIS**
Rua Floriano Peixoto, 293 - Centro.
CEP 45.820-340
- MUCURI**
Avenida Costa Rica, 164,
Distrito de Itabã - Cidade Nova.
CEP: 45.936-000
- JEQUÉ**
Avenida César Borges, 815,
Jequiezinho.
CEP: 45.208-001



Investimentos 2020
A proposta orçamentária da Bahiagás para o ano de 2020 prevê a ligação de 5.121 unidades consumidoras e a construção de cerca de 70 km de rede de gasodutos, com investimentos da ordem de R\$ 90 milhões.
O principal destaque no orçamento de investimentos 2020 da Companhia continua sendo o Gás Sudoeste, totalizando R\$ 26,64 milhões, sendo o responsável por 29% dos investimentos previstos para o ano. Além disso, a Bahiagás continua concentrando esforços no adensamento das redes existentes, com previsão de alocação de 5% dos investimentos orçados para 2020, garantindo com isso a eficiência das infraestruturas já implantadas.
Os investimentos de natureza administrativa da Bahiagás, como adequações de sistema de combate a incêndio, bem como investimentos na área de tecnologia da informação, foram estimados em R\$ 8 milhões e serão responsáveis por 9% dos investimentos orçados para o ano.
O Plano de Investimentos 2020 também evidencia a conclusão da infraestrutura de distribuição de gás natural no município de Mata de São João, com o objetivo de receber gás natural da Alvoport. Como se pode perceber, os investimentos da Companhia priorizam a expansão dos serviços de distribuição de gás canalizado e a busca por eficiência e excelência em práticas de gestão, viabilizando novos negócios e dinamizando a economia do estado.

A figura 3 apresenta a distribuição dos investimentos por território de identidade: R\$ 59,12 milhões, na Região Metropolitana de Salvador; R\$ 26,64 milhões no Médio Rio de Contas; R\$ 4,58 milhões no Portal do Sertão; R\$ 369 mil no Litoral Sul; R\$ 53 mil Litoral Norte e Agreste Baiano, demonstrando que a expansão do gás natural busca avançar significativamente para outras regiões baianas, atraindo novos investimentos e oportunidades de negócios, principalmente nos setores industriais e de mineração.



Distribuição percentual dos investimentos por território de identidade.

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA
Em 2019, a Companhia permaneceu diversificando ações para a melhoria contínua do seu Sistema de Gestão Integrada (SGI), efetuando auditorias, revisões e melhorias que contemplaram vários processos e atividades nas diversas áreas da Companhia. Entre essas ações, merece destaque a continuação do Projeto Normativo Bahiagás 2018, que já conta com nove normas vigentes e homologadas no sistema SoftExpert. Ainda em relação aos documentos do SGI, foram realizadas alterações na metodologia, além de cobranças periódicas, que resultaram na eliminação das pendências de elaboração/revisão dos mesmos.
Foram realizadas, também, três auditorias internas do SGI nos processos de Gestão de Engenharia, Gestão de Saúde, Meio Ambiente e Segurança e Gestão Administrativa e de Suprimentos. Nestas auditorias, foram identificadas 69 não conformidades e 35 oportunidades de melhorias. A equipe auditora foi composta por nove membros de áreas diversas.
Também estão sendo avaliados os novos parâmetros utilizados para a realização das Reuniões de Análise Crítica (RAC) pela Direção, principalmente aqueles relacionados aos requisitos de entrada e à periodicidade das mesmas. Ainda sobre os Sistemas de Gestão, foi aprovada a criação do Comitê de Gestão de Riscos da Companhia no dia 24/09/19, tendo como principal objetivo garantir que a gestão de riscos seja disseminada e implementada na Companhia. A coordenação do Comitê, que é formado por integrantes de diversas áreas, ficou sob responsabilidade da Gerência de Planejamento Empresarial.

PLANO DE NEGÓCIOS E DA ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO.
A Diretoria Executiva da Bahiagás submeteu à apreciação do Conselho de Administração o Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo para o período 2020-2024. Trata-se de uma obra de planejamento dinâmico, que descreve a Companhia de forma sucinta, projetando estratégias de inserção no mercado e prevendo os possíveis resultados financeiros advindos de suas atividades.
Foi como uma ferramenta que busca conciliar a estratégia com a realidade empresarial. A partir das informações de pesquisas, publicado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), foi analisada a expansão futura do gás natural no Brasil até 2027.

Quantos ao Planejamento Estratégico, este foi desenvolvido com base na ferramenta BSC (Balanced Scorecard) e, através dele, foram revisadas a Missão, Visão, Valores, Análise SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) e as Diretrizes Estratégicas, levando em consideração os processos internos e de governança corporativa da Companhia.
Também foi criada a Matriz SWOT e revisados os Objetivos e Indicadores Estratégicos, que foram vinculados aos aspectos estabelecidos no Balanced Scorecard (Missão, Visão, SWOT e/ou Diretriz). Por fim, foram estabelecidas as metas para cada indicador para o horizonte previsto. Os resultados dos indicadores estratégicos são acompanhados trimestralmente em reuniões de análise crítica da gestão. Em conformidade com a Lei Federal 13.303/2016, e tendo como referência o padrão normativo ISO 31000:2018, no que se refere à Gestão de Riscos, estes foram identificados, categorizados e classificados quanto à probabilidade de ocorrência e à significância em termos de impacto financeiro, e consolidados em um Mapa de Análise Qualitativa de Riscos, que os estratifica segundo sua exposição em grave, média e baixa, viabilizando, desta forma, a prioridade de tratamento.
A partir dessa avaliação, serão desenvolvidos planos de ação para cada risco, inserindo-se não só nas operações, mas também no direcionamento estratégico, e, assim, incorporar diferentes perspectivas, tais como o ambiente externo e a reputação da organização.

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS
Em 2019, a Gerência de Auditoria Interna (GEAUD) deu sequência aos trabalhos iniciados em 2018 e apresentou o Plano de Auditoria Interna (PAINT) 2019, aprovado pelo Conselho de Administração em 25/03/2019.
Este PAINT objetivou levantar os controles praticados pelas gerências selecionadas, assessorar na elaboração e revisão de fluxos e acompanhar a implantação da Lei 13.303/2016 e as consequentes implicações para a Companhia.
Assim, a GEAUD executou em 2019 as seguintes atividades:
• Treinamento e capacitação da equipe;

- Elaboração de procedimentos e orientações técnicas;
- Apresentação do manual, fluxos e procedimentos básicos da auditoria para os empregados;
- Apresentação do Plano Anual/2019 aos gestores;
- Acompanhamento da implantação da Lei Federal n.13.303/2016 (Lei das Estatais) e Decretos Estaduais n. 18.470 e n. 18.471/2018 e demais alterações;
- Acompanhamento das exigências da Lei das Estatais quanto aos instrumentos, políticas e regimentos, bem como regras básicas do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Elegibilidade;
- Acompanhamento do cálculo da margem regulatória pela Companhia, diretrizes e critérios;
- Acompanhamento da implantação do Manual de Gestão de Ativos e da Política de Gestão de Ativos;
- Monitoramento das recomendações da GEAUD e das auditorias independentes, e auditorias externas do TCE e da Gaspetro do exercício 2018;
- Assessoramento na elaboração/atualização dos controles internos (1ª. Linha de defesa) das Gerências de Engenharia (GEREN) e Gerência de Suprimentos (GASUP);
- Levantamento dos controles internos (1ª. Linha de defesa) da Gerência Financeira (GECOF), Gerência Jurídica (GEJUR), Gerência de Recursos Humanos (GERHU) e Gerência de Operações (GEOPE);
- Acompanhamento do Gás Sudoeste (principal investimento da Companhia).

Monitoramento
Em 2020, a GEAUD irá continuar o processo de otimização e adequação das rotinas internas, almejando um controle mais efetivo em prol da melhoria contínua, conforme descrito no PAINT 2020.

A Bahiagás devolve o apoio recebido dos baianos através de patrocínios a importantes projetos em prol da própria sociedade, seja na área social, ambiental, esportiva, científica ou cultural. Só em 2019, a Companhia investiu cerca de R\$ 5,2 milhões em apoios e patrocínios.
A Bahiagás também deu sua parcela de contribuição para a realização do Carnaval 2019. A Companhia patrocinou 43 projetos, incluindo o interior do estado. Entre os destaques estavam o Trio Elétrico Armandinho, Dodô & Osmar, os blocos afros Odolud, Ilê Ayê, Cortejo Afro e Didá, o afoxê Filhos de Gandhy; o Carnaval Conquista Cultural (em Vitória da Conquista) e o Itabuna Folia 2019.
No esporte, a Bahiagás continuou investindo no desenvolvimento de talentosos atletas baianos. Em 2019, a Companhia patrocinou os seguintes atletas: Allan do Carmo (maratona aquática), Bruno Vieira (triathlon), Paolo Reis (ciclismo), Ana Raquel (natação), Gabriela Vita (atletismo), Marcos Williams (caratê), Arícia Fêre (natação), Alison Bomfim (taekwondo), Igor Nogueira (jiu jitsu), Carol Mota (tênis) e Verônica Almeida (natação).

Confira outros projetos patrocinados pela Bahiagás em 2019:
Festa Internacional Literária do Pelourinho (Filipelô) – Uma das principais feiras literárias da Bahia, que atrai baianos e turistas, e reúne dezenas de escritores em diversos eventos.
Jantar do Bem – Martagão Gesteira – Evento beneficente realizado anualmente para arrecadar fundos para a instituição filantrópica, que atende mais de 80 mil crianças.
Mulher com a Palavra – O evento traz convidadas de destaque na sociedade para uma discussão sobre temas relacionados aos direitos e respeito às mulheres.



Fórum Internacional de Meio Ambiente e Economia Azul – O fórum acontece com o objetivo de potencializar as pesquisas científicas para a proteção e conservação da biodiversidade marinha e discutir os rumos para a Economia Azul.
15º Mutirão do Diabético – Desde a primeira edição, o projeto promove, a cada ano, em Itabuna, uma série de serviços gratuitos para a população local voltados para a orientação, prevenção e tratamento do diabetes.

CAMPANHA INSTITUCIONAL
Em 2019, a Bahiagás lançou uma nova campanha publicitária como parte das celebrações pelos 25 anos da Companhia. Desenvolvida pela agência de comunicação Única, a propaganda teve como tema "Bahiagás: 25 anos levando a energia do gás natural".
A campanha, em diferentes formatos (vídeo, spot de rádio, outdoor, busdoor, peças digitais e anúncios gráficos em jornais e revistas), retratou, de forma humanizada, o significado do gás natural como uma energia que conecta a vida dos baianos.



SEGURANÇA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE
Reafirmando a sua proatividade frente aos riscos associados às suas atividades, especialmente nos aspectos de Segurança, Saúde e Meio Ambiente, a Bahiagás desenvolveu, em 2019, diversas ações preventivas voltadas à promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável. Estas ações estão presentes nos diversos treinamentos, inspeções, análises de risco, auditorias e campanhas educativas realizadas, além do acompanhamento diário das questões de segurança, saúde e meio ambiente.
As iniciativas demonstram que a Companhia, através da adoção de boas práticas, prioriza as questões alinhadas aos seus objetivos estratégicos. Confira algumas das ações realizadas neste ano:

- Como parte das ações de prevenção e de promoção da saúde dos colaboradores, a Bahiagás mantém o Programa Qualidade de Vida, executado pelo SEI, em que são realizadas ginástica laboral, massoterapia, entre outras atividades.
- Ao longo do ano são promovidas diversas palestras preventivas, abordando temas como Doenças Cardiovasculares, Sexualmente Transmissíveis (HIV, Hepatites e outras DSTs), Câncer de Mama e de Próstata.
- Realização de campanha de vacinação para colaboradores e dependentes.
- Segurança do Trabalho
- Foram realizadas 155 (cento e cinquenta e cinco) Inspeções Planejadas de Segurança, abrangendo

obras e serviços diversos, mantendo o propósito de melhoria contínua dos seus processos e a prevenção de acidentes.
• Em 2019, participaram cerca 1.294 colaboradores dos treinamentos de segurança, que são voltados à exploração acerca dos riscos envolvidos nas atividades da Bahiagás e integração desses colaboradores.
• O Programa Papo Seguro, com seu caráter preventivo, realizou 39 palestras ao longo do ano de 2019, abordando a temática de segurança, meio ambiente, saúde e responsabilidade social para seus colaboradores, alcançando 1.521 participantes, seja no modo presencial ou por videoconferência;
• Realização de Simulado de Evasão da Sede Administrativa (Ed. Civil).

Meio Ambiente
• Durante a comemoração da Semana do Meio Ambiente, foi realizado um concurso entre os colaboradores em que eles deram ideias para promover a sustentabilidade na Companhia, plantio de árvores do COFIC e oficina de hortas com garrafas pet.
• Como execução do Plano de Contingências da Bahiagás, foram realizados cinco treinamentos de Núcleos de Defesa Comunitárias (Nudec), abordando comunicação de risco e educação ambiental para 31 comunidades localizadas na área de influência da rede de distribuição de gás natural;
• Participação no Relacionamento Comunitário, nas comunidades da área de interferência da Dutovia RLAM-Polo Petroquímico de Camaçari-Araruá, visando construir ações conjuntas de Comunicação de Risco, Educação Ambiental e Projeto Social;

- Projeto de educação ambiental em seis comunidades através do Plano de Contingência da Dutovia;
- Monitoramento dos indicadores de desempenho ambiental e revisão dos aspectos e impactos ambientais relacionados às atividades e processos da Bahiagás;
- Ampliação da campanha interna para redução do consumo de plásticos, com meta de "consumo zero" às terças e quintas-feiras, ações de sensibilização e campanhas educativas;
- Projeto Social Via de Música: A iniciativa tem como objetivo possibilitar a crianças e jovens um espaço de construção da cidadania, aliado ao desenvolvimento da arte, minimizando a vulnerabilidade social a qual estão expostos;
- Participação no Conselho Gestor do Monumento Natural Cânions do Subaé (Santo Amaro). No ano de 2019, foram realizadas duas auditorias de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). Uma interna conduzida pela Gerência de Planejamento Empresarial, e outra pela área de SMS do acionista Gaspetro.

Os resultados das auditorias foram apresentados em janeiro/2020, sendo que os planos de ação para atendimento aos apontamentos serão implementados neste ano.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
A Bahiagás dispõe de infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) composta por um conjunto de sistemas necessários para auxiliar a tomada de decisão em todas as esferas da Companhia, com a máxima eficiência e segurança.

No ano de 2019, o montante investido em TI foi de aproximadamente R\$ 5 milhões e, dentre os projetos realizados, destacam-se:
• Implantação de um data center modular outdoor, possibilitando uma maior segurança das informações, cumprindo requisitos definidos no Plano de Continuidade de Negócio (PCN);
• Aquisição de mais um servidor para a infraestrutura de hiperconvergência, melhorando o ganho em eficiência e balanceamento de processamento;
• Implantação de dois módulos (cadastro e contratos) do sistema GGAS (sistema especialista em faturamento de gás natural), customização de novas funcionalidades e correção de erros no sistema;
• Adaptação do ERP para atender ao novo Manual de Gestão de Ativos Patrimoniais (MGAP) aprovado pela Diretoria Executiva, além da criação do aplicativo de apoio Timesheet, que permitirá a gestão e o monitoramento das horas trabalhadas pelas equipes em cada um dos projetos em andamento, bem como a sua apropriação contábil como investimento;
• Implantação do RM Sistemas, contemplando os módulos de processamento de folha, ponto eletrônico e segurança do trabalho;
• Implantação do Relatório Diário de Obras Eletrônico (RDO), trazendo mais agilidade no acompanhamento das obras em andamento;

- Criação de novas análises no sistema BI como: painel de processos e protocolos, acompanhamento de horas extras, acompanhamento de assistência médica e dependentes, acompanhamento de indicadores do comercial varejo e acompanhamento de projetos;
- Sistematização da emissão de cobrança de penalidades de programação.

GOVERNANÇA CORPORATIVA
A Governança Corporativa da Bahiagás está fundamentada nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, com foco: i) na aplicação de boas práticas de gestão e de governança corporativa; ii) na construção de um conjunto de estruturas capazes de assegurar a fiscalização da gestão pelos seus diretores, Conselhos de Administração e Fiscal, acionistas e órgãos de controle externo e interno; e iii) na frequente busca de que os resultados pretendidos pelas partes interessadas sejam definidos e alcançados.

Nesta direção, o acompanhamento da gestão juntamente com a atuação das auditorias interna e externa, busca, justamente, a preservação da confiança da sociedade na Companhia alinhada ao interesse público.
Durante o ano de 2019, a Companhia sustentou a sua responsabilidade na busca pelo cumprimento à Lei 13.303/2016, elaborando e revisando normativos, executando ações voltadas para a disseminação e internalização do Código de Conduta e Integridade pelos colaboradores, realizando treinamentos voltados para a gestão de riscos e promovendo a divulgação, no site da Companhia, dos documentos exigidos pela referida lei.
Enfim, a Bahiagás está em constante evolução para manter-se alinhada com a legislação e com as melhores práticas de governança, dando continuidade ao processo de ajustamento à Lei 13.303/2016, com a consequente adaptação dos seus instrumentos normativos e da sua gestão às exigências trazidas pela nova lei.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
Em reconhecimento ao esforço de cada um na conquista dos objetivos, e como forma de valorizar o trabalho desenvolvido, a Bahiagás faz questão de promover ações na área de Gestão de Pessoas. Em 2019, a Companhia deu prosseguimento a estas ações. Confira abaixo algumas delas:
Plano de Carreira, Remuneração e Competências (PCCR) e Avaliação de Desempenho – Pela Agrupamento de Trabalho, os critérios de promoção de carreira foram avaliados e uma matriz para a Bahiagás e, em 2019, 57% dos empregados progrediram na carreira.

Novo sistema de folha de pagamento – A Bahiagás substituiu o seu sistema de folha de pagamento anterior pelo RM, obtendo maior eficiência, agilidade e confiabilidade no processo.
Capacitação – Em 2019, foram investidos R\$ 547.589,00 em ações de capacitação, cursos de idioma e de pós-graduação. Ao todo, foram capacitados 230 empregados.
Programa de Qualidade de Vida – Realizado em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), este programa tem como objetivo incentivar os colaboradores a adotarem um estilo de vida ativo e saudável, através da prática de atividades que promovam o bem-estar e a qualidade de vida.
Ações de endomarketing – Durante o ano de 2019, foram realizadas várias ações de endomarketing com o objetivo de promover uma constante melhoria do clima organizacional e uma maior integração entre os colaboradores e suas famílias, com destaque para a comemoração de tempo de empresa, Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia das Crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS
O empenho de todos que formam a Bahiagás levou a Companhia aos resultados positivos demonstrados. Essas conquistas somadas à celebração dos nossos 25 anos fizeram de 2019 mais um ano especial em nossa história.
Somos gratos a todos que fazem parte desta caminhada. Aos nossos acionistas, pela confiança destinada à Diretoria; aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos nossos parceiros comerciais, aos fornecedores que nos prestaram relevantes serviços, aos nossos competentes e dedicados colaboradores, e, claro, aos nossos clientes, que nos inspiram a melhorar cada vez mais.
Agradecemos aos órgãos de controle e entidades da Administração Federal, Estadual e Municipal que, de alguma maneira, contribuíram para que, em 2019, a Bahiagás concluísse com êxito mais um ciclo de muito trabalho.

Luiz R. Barreiros Gavazza
DIRETOR PRESIDENTE

Gabriela Damasceno Duarte
DIRETORA TÉCNICA E COMERCIAL

Lauro Daniel B. Perdig
DIRETOR ADM. E FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	2019	2018
RECEITAS LÍQUIDAS - VENDAS DE GÁS	19	2.281.667	1.838.888
RECEITA DE CONSTRUÇÃO (ICPC 01)		53.517	1.838.888
		2.335.187	1.838.888
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		(2.088.133)	(1.653.675)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO (ICPC 01)	20	(53.510)	-
		(2.141.643)	(1.653.675)
LUCRO BRUTO		193.534	185.213
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas comerciais	20	(11.773)	(14.048)
Despesas gerais e administrativas	20	(84.351)	(65.004)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(15.815)	7.734
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		81.595	11.895
Recargas financeiras	22	20.767	24.362
Despesas financeiras	22	(2.897)	(491)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		99.465	137.766
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23		
Corrente		(26.247)	(45.291)
Diferido		7.628	1.803
Incentivo Fiscal Sudene	18	13.095	22.382
		(5.524)	(21.106)
		93.941	116.860
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.78	6,24
LUCRO LIQ. DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL-R\$ (MIL)	3		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais - R\$)

	2019	2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	93.941	116.660
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	93.941	116.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	2019	%	2018	%
1 - RECEITAS		2.913.747		2.357.781	
1.1. Vendas de produtos	19	2.841.195		2.289.017	
1.2. (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.316)		(1.048)	
1.3. Outras receitas operacionais		74.868		69.812	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.619.744)		(2.085.565)		
2.1. Outros custos de produtos vendidos	(2.476.492)		(1.972.008)		
2.2. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(143.252)		(113.557)		
3 - RETENÇÕES	(44.103)		(38.088)		
3.1. Amortização	(44.103)		(38.088)		
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		249.900		234.128	
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		20.767		24.362	
5.1. Receitas financeiras		20.767		24.362	
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		270.667		258.490	
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		270.667	100	258.490	100
7.1. Pessoal					
Remuneração direta	36.862	14	39.264	15	
FGTS	2.026	1	1.867	1	
Benefícios	11.840	4	10.098	4	
7.2. Impostos taxas e contribuições					
Federais	10.647	4	27.250	11	
Estaduais	109.405	40	56.678	22	
Municipais	561	0	531	0	
7.3. Remuneração de capital de terceiros					
Juros	2.897	1	491	0	
Aluguéis	2.492	1	5.651	2	
7.4. Remuneração de capitais próprios					
Juros sobre capital próprio	30.390	11	33.939	13	
Dividendos	45.750	17	54.696	21	
Reserva Incentivos Fiscais - Sudene	13.095	5	22.382	9	
Lucros retidos	4.706	2	5.643	2	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2019	2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2019	2018
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	377.363	349.430	Empréstimos e Financiamentos	12	3.101	-
Contas a receber de clientes	5	109.827	96.364	Fornecedores	13	213.411	221.162
Depósitos vinculados	6	-	2.358	Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	14	10.816	10.285
Estoques	7	2.302	3.885	Tributos a pagar	15	9.449	6.675
Tributos a recuperar	8	22.230	22.556	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18	26.606	29.714
Despesas pagas antecipadamente		1.821	1.274	Outros passivos		486	468
Créditos nas operações de aquisição de gás	9	5.363	22.914	Total do circulante		263.869	268.304
Outros ativos		1.062	1.789	NÃO CIRCULANTE			
Total do circulante		519.968	500.570	Empréstimos e Financiamentos		68.828	-
NÃO CIRCULANTE				Provisão para Contingências	16	27.577	7.282
Realizável a longo prazo:				Débitos nas operações de venda de gás	17	5.516	4.793
Depósitos vinculados	6	93	4.879	Outros passivos		179	220
Tributos a recuperar	8	25.320	18.227	Total do não circulante		102.100	12.295
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	12.939	5.311	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18		
Depósitos judiciais	10	13.241	10.818	Capital social		461.388	438.992
Créditos nas operações de aquisição de gás	9	17.551	-	Reservas de lucros		101.983	106.602
Imobilizado</							

25 ANOS LEVANDO MAIS ENERGIA PARA A BAHIA.



SALVADOR
Avenida Professor Magalhães Neto, 1838,
Ed. Civil Business – Pituba.
CEP: 41.810-012
Tel.: (71) 3206-6000
CNPJ: 04.432.153/0001-20

CAMAÇARI
Via Axial, 279,
Polo Petroquímico de Camaçari.
CEP: 42.810-400

ITABUNA
Rodovia BR-415, s/n,
Centro Industrial de Itabuna.
CEP: 45.604-811

FEIRA DE SANTANA
Rodovia BR-415, s/n – Subaé.
CEP: 44.001-535

EUNÁPOLIS
Rua Floriano Peixoto, 293 - Centro.
CEP 45.820-340

MUCURI
Avenida Costa Rica, 164,
Distrito de Itabaty – Cidade Nova.
CEP: 45.936-000

JEQUÉ
Avenida César Borges, 815,
Jequiezinho.
CEP: 45.208-001



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de Reais – R\$, exceto o lucro por ação)

1. Contexto operacional

A Companhia de Gás da Bahia – Bahiagás é uma sociedade de economia mista, constituída em 26 de fevereiro de 1991, com sede na cidade de Salvador, tem como objeto social a aquisição, comercialização, distribuição de gás e a prestação de serviços correlatos, podendo vir a promover a produção e armazenamento de gás, observada a legislação federal pertinente, os critérios econômicos de viabilidade dos investimentos, os desenvolvimentos econômico e social, os avanços técnicos e a integração do gás na matriz energética do Estado.

A Companhia é concessionária exclusiva, pelo prazo de 50 anos, prorrogáveis, da exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado da Bahia, contados a partir da publicação do Decreto Estadual nº 4.401 de 12 de março de 1991, conforme contrato de regulamentação da concessão para exploração industrial, comercial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado no Estado da Bahia, datado de 06 de dezembro de 1993.

Até o término do Contrato ocorrerá a reversão ao Poder Concedente dos bens e instalações, procedendo-se os levantamentos, avaliações e determinação do valor de indenização à Companhia, observado o estabelecido no Contrato de Regulamentação da Concessão.

Por iniciativa do Poder Legislativo Estadual, foi publicada a Lei nº 13.813, de 21 de dezembro de 2017, que autoriza o Poder Executivo Estadual a criar duas novas empresas de economia mista para prestação de serviços de distribuição de gás canalizado, dividindo o Estado da Bahia em três áreas geográficas. Até a emissão das presentes demonstrações financeiras, os termos da concessão outorgada à Companhia permanecem inalterados e nenhuma iniciativa formal adicional foi adotada pelo Poder Executivo com respeito à criação das novas empresas.

A Companhia implantou relevantes exigências da Lei Federal nº 13.303/2016 e dos Decretos Estaduais nº 18.470/2018 e 18.471/2018, conforme relato que segue abaixo:

- Os requisitos de transparência definidos nos incisos I, III, IV, V, VI, VII e VIII, do Art. 8º, da Lei 13.303/16 vêm sendo atendidos pela Administração da Bahiagás.
- Visando atender às disposições do inciso II, do Art. 8º, da Lei 13.303/16, os Administradores já submeteram às instâncias societárias competentes a proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia, a qual contempla a criação do Comitê de Auditoria Interna na estrutura organizacional da Companhia, a nova composição do Conselho de Administração, além da Política de Indicações.
- Foram aprovados pelas instâncias societárias competentes, estando vigentes na Companhia, os seguintes instrumentos normativos: Código de Conduta e Integridade, Política de Conformidade, Política de Gestão de Riscos e a Política de Porta-Vozes.

O Plano de Negócios e de Estratégia de Longo Prazo para os exercícios que se iniciam vem sendo apresentado pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração de acordo com os regimentos do §1º, do Art. 23, da Lei 13.303/2016.

Práticas de gerenciamento de riscos e de controle interno foram implementadas pela Administração, inclusive com a inclusão da Gerência de Auditoria Interna na estrutura organizacional da Companhia, além da criação de um Comitê de Gestão de Riscos, ambos em atividade.

A proposta de Regulamento Interno de Licitações e Contratos já foi submetida pelos Administradores às instâncias societárias competentes, as quais não deliberaram sobre o assunto até o momento. Apesar disso, as diretrizes gerais sobre licitações e contratos vêm sendo cumpridas, a partir das rotinas e instrumentos relacionados às atividades de contratação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e 2018, em milhares de reais (Moeda Funcional), foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, considerando a legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos competentes. Compreende o conjunto dessas demonstrações: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas apresentadas de forma comparativa.

A demonstração do valor adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações financeiras, e foi elaborada com base nos registros contábeis que serviram de base para a preparação das demonstrações financeiras, seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 15 de março de 2020.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

Classificação/mensuração

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação/mensuração para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado. Os ativos financeiros são registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém duas principais categorias de classificação/mensuração para passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. A Companhia classifica seus passivos financeiros sob a categoria de custo amortizado.

Os passivos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expira, está, ou quando transferir os seus direitos, ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado
A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representadas por depósitos em conta corrente e aplicações financeiras registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

c) Depósitos vinculados

Referem-se a valores depositados em conta corrente vinculados a incentivos fiscais cuja a movimentação é autorizada pela instituição responsável pela aprovação dos referidos incentivos.

d) Contas a receber de clientes

Refere-se a créditos junto a clientes diretos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

e) Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) destinados à manutenção operacional e classificados no ativo intangível destinados à construção de infraestrutura de distribuição, estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas quando aplicável.

f) Intangível

Os bens integrantes do ativo intangível compreendem o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pela Concessionária (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com o CPC 04 (R2) – Ativos Intangíveis, o CPC 01(R1) e o CPC 05 Contrato de Concessão, que estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização, conforme Nota nº 11 as demonstrações financeiras.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam utilizados pela Companhia, os quais correspondem à metodologia de remuneração prevista para o cálculo da tarifa conforme Contrato de Concessão.

11. Imobilizado

Os valores reconhecidos no Imobilizado edificações, referem-se ao direito de uso de arrendamento correspondente aos contratos de aluguéis da Sede Administrativa e da Sede Operacional da Companhia, situadas no município de Salvador, em conformidade com o CPC 06.

IMOBILIZADO DEPRECIÁVEL

	Tempo Estimado de Benefícios Econômicos em Anos		Baixas	Transf.	31/12/2018	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2017
	31/12/2019	Adições							
Edificações	22.519	22.519	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado Depreciável	22.519	22.519	-	-	-	-	-	-	-
DEPRECIACÃO		Taxa Amortização							
Edificações	3(0.81)	3(0.81)	-	-	-	-	-	-	-
Deperciação	3(0.81)	3(0.81)	-	-	-	-	-	-	-
IMOBILIZADO A DEPRECIAR	31/12/2019	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2018	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2017
Obras em andamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado a Depreciar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Imobilizado	19.438	19.438							

Intangível

Os valores reconhecidos no Intangível, como o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, são constituídos pelos custos relativos à construção de infraestrutura para a prestação de serviços de distribuição de gás.

Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem entra em atividade.

A amortização foi calculada com base na vida-útil para os ativos formados em conformidade com o contrato de concessão (10 anos) e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços, totalizando R\$ 42.614 (R\$ 39.709 em 2018), devidamente apropriadas ao resultado do exercício, observado

	Tempo Estimativa de Benefícios Econômicos em Anos		Baixas	Transf.	31/12/2018	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2017
	31/12/2019	Adições							
Redes de Distribuição	629.121	3.675	-	14.817	610.629	3.233	(1)	43.765	563.632
Edificações	5.559	-	-	-	5.559	-	-	-	5.559
Instalações, Aparelhos e Máquinas	5.235	443	-	-	4.792	198	-	-	4.594
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.670	9	-	-	2.661	1	-	1.770	890
Móveis e Utensílios	2.314	161	(3)	-	2.156	205	-	-	1.951
Equipamentos de Informática	17.184	1.893	-	-	15.291	2.104	-	-	13.187
Veículos	584	-	-	-	584	-	-	-	584
Softwares	14.834	3.081	-	-	11.753	1.094	-	-	10.659
Marcas e patentes	201	-	-	-	201	-	-	-	201
Direitos de uso e Concessões	1	-	-	-	1	-	-	-	1
Terenos	508	-	-	-	508	-	-	-	508
Intangível Amortizável	678.211	9.262	(3)	14.817	654.135	6.835	(1)	45.535	601.766

AMORTIZAÇÃO

	Taxa Amortização		Baixas	Transf.	31/12/2018	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2017
	31/12/2019	Adições							
Redes de Distribuição	(424.951)	(38.776)	-	-	(386.175)	(36.317)	-	-	(349.858)
Edificações	(4.745)	(375)	-	-	(4.370)	(556)	-	-	(3.814)
Instalações, Aparelhos e Máquinas	(2.309)	(465)	-	-	(1.844)	(453)	-	-	(1.391)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	(1.083)	(181)	-	-	(902)	(32)	-	-	(870)
Móveis e Utensílios	(1.423)	(165)	3	-	(1.261)	(154)	-	-	(1.107)
Equipamentos de Informática	(6.123)	(1.548)	-	-	(4.575)	(1.245)	-	-	(3.330)
Veículos	(408)	(58)	-	-	(350)	(58)	-	-	(292)
Softwares	(7.378)	(1.036)	-	-	(6.342)	(843)	-	-	(5.499)
Marcas e patentes	(1)	-	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Direitos de uso e Concessões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terenos	(501)	(10)	-	-	(491)	(51)	-	-	(440)
Amortização	(448.922)	(42.614)	3	-	(406.311)	(39.709)	-	-	(366.602)

INTANGÍVEL A AMORTIZAR

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2018	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2017
Materiais para Aplicação (1)	20.012	16.357	(18)	(11.095)	14.768	18.219	(35)	(18.158)	14.742
Obras em Andamento (2)	117.239	42.470	(1)	(3.722)	78.492	5.369	(4.483)	(27.377)	75.063
Intangível a Amortizar	137.251	58.827	(19)	(14.817)	93.260	23.588	(4.518)	(45.535)	90.705
Total do Intangível	366.540	25.475	(19)	-	341.084	19.734	(4.519)	-	325.869

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente recuperado ou não ocorrer primeiro, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços objeto da concessão.

Extinta a concessão, todos os ativos de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores conforme contrato de concessão.

O Intangível, a partir de 1º de janeiro de 2009, é revisado para identificar perdas por impairment sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

h) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

i) Provisões para contingências

A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 21 de dezembro de 2011, a Companhia obteve, por meio do Laudo Constitutivo nº 0195/2011 da SUDENE, o direito à redução de 75% do imposto sobre a Renda e Adicionais, calculados com base no Lucro da Exploração, com início de fruição do benefício a partir do ano calendário de 2011 com previsão de término no ano calendário de 2020.

Em 19/12/2019, a Companhia obteve, por meio do Laudo Constitutivo nº 0174/2019 da Sudene, a renovação por mais 10 anos do direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e Adicionais, calculados com base no Lucro da Exploração, com previsão de término em 31/12/2028.

A partir de 01 de janeiro 2012, a Companhia iniciou a fruição do benefício de incentivo fiscal SUDENE para reinvestimentos, instituído pela Lei nº 5.508/68, regulamentado pela Instrução Normativa SRF nº 267/02, mediante o depósito de 30% do imposto devido sobre o Lucro da Exploração, acrescido de 50% de recursos próprios, em conta vinculada do Banco do Nordeste do Brasil S/A.

Em 11 de setembro de 2019, foi publicada a Portaria MDR nº 2.154 a qual condicionou a fruição do benefício de incentivo fiscal SUDENE para reinvestimentos relativamente ao lucro da exploração do ano-base de 2019 somente quando entrar em vigor a implementação, pelos órgãos públicos federais responsáveis, das medidas de compensação de que trata o inciso II do caput do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 referente ao impacto orçamentário-financeiro para o Governo Federal.

Diante da exigência legal, a Companhia suspendeu o benefício de incentivo fiscal SUDENE para reinvestimentos em agosto de 2019, sendo os valores depositados do período de janeiro a julho de 2019 referentes a 30% do imposto devido sobre o Lucro da Exploração, revertido para a União e os valores referentes a 50% de recursos próprios com atualizações, devolvidos para a Companhia conforme estabelecido pela Portaria MDR nº 3.114, de 23.12.2019.

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o lucro real, mais adicional de 10% (dez por cento). A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída à alíquota de 9% (nove por cento).

k) Ajuste do resultado do exercício

Reconhecimentos de receita de venda de mercadorias e serviços

O IFRS 15 (CPC 47) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R1)) – Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) – Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018.

De acordo com este Pronunciamento, a receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Os Administradores da Companhia avaliaram as principais fontes de receita da Companhia e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a Companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Neste sentido, a Administração da Companhia não identificou impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da Companhia.

A Receita Operacional Líquida é mensurada com base no valor do produto entregue, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Reconhecimento da receita de construção

Nos termos dos contratos de concessão de distribuição de gás canalizado, que estão ao alcance do CPC 01(R1), o concessionário atua como prestador de serviços para a concedente quando constrói ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público por conta própria ou através de terceiros. Ao prestar o serviço, o concessionário deve mensurar e reconhecer a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 30(R1) – Receita e os Custos de acordo com o CPC 17(R1) – Contratos de Construção.

No caso da

25 ANOS LEVANDO MAIS ENERGIA PARA A BAHIA.



SALVADOR

Avenida Professor Magalhães Neto, 1838,
Ed. Civil Business – Pituba.
CEP: 41.810-012
Tel.: (71) 3206-6000
CNPJ: 04.432.153/0001-20

CAMAÇARI

Via Axial, 279,
Polo Petroquímico de Camaçari.
CEP: 42.810-400

ITABUNA

Rodovia BR-415, s/n,
Centro Industrial de Itabuna.
CEP: 45.604-811

FEIRA DE SANTANA

Rodovia BR-415, s/n – Subaé.
CEP: 44.001-535

EUNÁPOLIS

Rua Floriano Peixoto, 293 – Centro.
CEP 45.820-340

MUCURI

Avenida Costa Rica, 164,
Distrito de Itabati – Cidade Nova.
CEP: 45.936-000

JEQUÉ

Avenida César Borges, 815,
Jequezinho.
CEP: 45.208-001



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

16. Provisão para contingências

A movimentação da provisão para contingências nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi a seguinte:

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	826	-	3.810	4.636
Constituição	105	-	2.541	2.646
Saldos em 31 de dezembro de 2018	931	-	6.351	7.282
Constituição	67	1.228	19.000	20.295
Saldos em 31 de dezembro de 2019	998	1.228	25.351	27.577

Processos com provisão constituída (perda provável)

Processos trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e de empresas prestadoras de serviços contratadas pela Companhia, nas quais se discutem a responsabilidade subsidiária da Bahiagás. Baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Provisões fiscais

Refere-se à ação de cobrança de taxa de passagem de gasodutos movida contra a Companhia no exercício de 2015. Baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração constituiu a provisão registrada ao final de 2015, e com fundamento na opinião jurídica formada a partir de 2016, a mesma foi revertida.

Provisões cíveis

Referem-se a ações movidas por pessoas físicas e empresas com contratos encerrados com a Companhia. Baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Outros processos sem provisão constituída (perda possível)

Existem diversos processos de natureza trabalhista, no montante histórico de R\$ 5.889, classificados como de perda possível pelos assessores jurídicos, para os quais nenhuma provisão foi constituída.

Fiscais

Existem diversos processos de natureza fiscal, no montante histórico de R\$ 6.070, classificados como de perda possível pelos assessores jurídicos, para os quais nenhuma provisão foi constituída, destacando-se:

a) Processo administrativo – Receita Federal do Brasil

Em 2015, a Companhia foi notificada a pagar o valor de R\$ 1.809, por conta dos processos administrativos nº 10580.000110/2001-31 e 10580.004581/2002-07, consolidado no processo nº 10580.724071/2014-20, cujos autos foram concluídos pela Receita Federal do Brasil - RFB, referente indeferimento de processo de compensação tributária de Imposto de Renda Pessoa Jurídica Exercícios 2001 e 2002.

A Companhia não concordando com a decisão na esfera administrativa, contestou judicialmente tal notificação, efetuando o correspondente depósito judicial, assegurando através de decisão cautelar, a emissão de Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débito.

A sentença publicada no dia 11 de outubro de 2017, o processo judicial foi julgado de modo favorável à Companhia, que teve o seu pedido reconhecido como procedente, isto para extinguir o débito no valor de R\$ 1.809, condenar a União ao pagamento de honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa e possibilitar o levantamento do montante depositado como garantia do juízo assim que fosse certificado o trânsito em julgado da decisão.

A União interpôs recurso de Apelação em face da decisão, em face do qual a Companhia apresentou Contrarrazões. A remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região foi ordenada no dia 19 de fevereiro de 2018.

Em 23 de março de 2018, os autos foram recebidos no gabinete do Desembargador Relator. Os autos já estão concluídos para elaboração de voto e acórdão.

b) Processo Judicial – Município de Simões Filho

Em 2018, o Município de Simões Filho apresentou Ação de Execução Fiscal nº 0501437-45.2014.8.05.0250 em face da BAHÍAGÁS, no montante de R\$ 952, em razão da existência de suposto débitos de natureza fiscal referentes à Receita de Uso de Área Pública (TAP), nos exercícios de 2009 a 2013.

A Companhia, não concordando com as razões nem com a validade da cobrança, contestou judicialmente a mencionada ação por meio de apresentação dos Embargos à Execução Fiscal nº 0300657-21.2016.8.05.0250, perante a 1ª Vara da Fazenda Pública - Simões Filho, efetuando o correspondente depósito judicial, no montante de R\$ 1.288 assegurando através de decisão cautelar, a emissão de Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débito.

Em 08 de agosto de 2018, o juízo de primeira instância julgou improcedentes os Embargos à Execução Fiscal apresentado pela BAHÍAGÁS e, por consequência, procedente a Execução Fiscal a ele pensada, permitindo o seu regular andamento. Após, foram providos Embargos de Declaração do Município de Simões Filho, de modo a condenar a BAHÍAGÁS também a arcar com honorários advocatícios à razão de 5% sobre o valor da condenação.

Em face dessa decisão, a BAHÍAGÁS apresentou recurso de Apelação, com pedido de efeito suspensivo, perante o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. O processo se encontra pendente de julgamento.

A justificativa para a inclusão do processo remete à possibilidade de perda em ação que envolve elevado valor. Contudo, tal montante não teria que ser desembolsado pela BAHÍAGÁS, uma vez que já se encontra depositado em juízo. À Companhia caberá o pagamento de valor suplementar, no caso de manutenção da condenação, referente honorários advocatícios.

Cíveis

Existem diversos processos de natureza civil, no montante histórico de R\$ 143.500, em 2019 (R\$124.197 em 2018) classificados como de perda possível pelos assessores jurídicos, para os quais nenhuma provisão foi constituída, destacando-se:

a) ABRACE

Ação Coletiva n. 0077211-85.2009.8.05.0001

Autora: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE GRANDES CONSUMIDORES INDUSTRIAIS DE ENERGIA E DE CONSUMIDORES LIVRES

Ré: COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHÍAGÁS e AGERBA - AGENCIA ESTADUAL DE REGULACÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO DA BAHIA
Objeto da ação: Trata-se de Ação Coletiva, com pedido de antecipação da tutela, promovida pela ABRACE contra a AGERBA e a BAHÍAGÁS, na qual a Autora objetiva extirpar as revisões tarifárias praticadas pela BAHÍAGÁS na cobrança dos serviços de fornecimento de gás natural canalizado às empresas integrantes da ABRACE nos anos de 2007 e 2008, e a condenação da Ré à devolução dos valores cobrados decorrentes da aplicação dos critérios supostamente ilegais de revisão.

Valor histórico: R\$ 72.201 (após acolhimento de Impugnação ao Valor da Causa apresentada pela BAHÍAGÁS)

SITUAÇÃO ATUAL: Protocolizada petição em que a BAHÍAGÁS informa a impossibilidade de conciliação no caso, a demanda está pendente de prosequimento.

POSSIBILIDADE DE PERDA: Possível (até o momento, não há decisão de mérito, favorável ou desfavorável à Companhia)

b) Cetro Engenharia Ltda.

Ação Ordinária n. 0548625-05.2014.8.05.0001

Autora: CETRO ENGENHARIA LTDA.

Ré: COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHÍAGÁS

Objeto da ação: A demandante busca indenização por dano material, moral e outros, em razão da suposta ocorrência de prejuízos causados pela BAHÍAGÁS na execução de três contratos administrativos e de valores não pagos ou pagos a menor.

Valor histórico: R\$20.000

SITUAÇÃO ATUAL: Encerrada a fase postulatória, as partes requereram a produção de provas. Foi

deferida a prova pericial de engenharia, ainda não iniciada.

POSSIBILIDADE DE PERDA: Possível (até o momento, não há decisão de mérito, favorável ou desfavorável à Companhia)

c) Elecnor do Brasil Ltda.

Tutela de Urgência em Caráter Antecedente n. 0524455-90.2019.8.05.0001 (já convertida em Ação Ordinária)

Autora: ELECNOR DO BRASIL LTDA.

Ré: COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHÍAGÁS

Objeto da ação: A demandante busca indenização por danos materiais (reequilíbrio econômico financeiro), em razão da suposta ocorrência de prejuízos causados pela BAHÍAGÁS na execução de contrato administrativo para a construção e montagem do trecho I do Duto de Distribuição de Gás Natural Su-doste, e de valores não pagos ou pagos a menor.

Valor histórico: R\$ 31.390

SITUAÇÃO ATUAL: Deferida a produção de prova pericial de engenharia de forma antecipada, ela está em curso, aguardando o relatório final do perito designado.

POSSIBILIDADE DE PERDA: Possível (até o momento, não há decisão de mérito, favorável ou desfavorável à Companhia)

d) Sidney Amaral Cardoso.

Cumprimento Provisório de Sentença n. 0327551-97.2019.8.05.0001

Autor: SIDNEY AMARAL CARDOSO

Ré: COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHÍAGÁS

Objeto da ação: Cumprimento Provisório da Sentença proferida nos autos da Ação Ordinária n. 0578190-09.2017.8.05.0001, no que se refere a honorários de sucumbência

Valor histórico: R\$15.362

SITUAÇÃO ATUAL: Suspensa necessidade de depósito judicial, em razão da atribuição de efeito suspensivo aos Agravos Internos interpostos pela BAHÍAGÁS e pelo ESTADO DA BAHIA.

POSSIBILIDADE DE PERDA: A expectativa de perda é considerada “possível” porque foi interposto Agravo Interno pela Bahiagás, com possibilidade de reversão da decisão que inadmitiu o Recurso de Apelação, não tendo sido ainda encerrada a prestação jurisdicional no âmbito do Tribunal de Justiça.

Outros processos sem provisão constituída pendente de valorização (perda possível)

Para o processo movido pela Braskem não foi possível dimensionar o momento do cumprimento da ação e os valores efetivamente envolvidos. Dessa forma, nenhuma provisão foi constituída.

a) Braskem - ação cautelar e ação declaratória

Em dezembro de 2002, a Braskem ajuizou Ações Judiciais contra a Bahiagás, postulando o fornecimento de 1.200.000m³ diários de gás natural canalizado. Em grau de Recursos Especiais, o Superior Tribunal de Justiça decidiu: (a) obrigar a Bahiagás fornecer 1.200.000 m³/dia; (b) reduzir a multa diária pelo não fornecimento de gás para R\$ 20 mil; (c) estabelecer que o momento inicial para aplicação da referida multa se dará após o trânsito em julgado do Acórdão e depois que a Bahiagás for formalmente intimada para cumprir o fornecimento e não fazê-lo.

No Recurso Especial interposto, não conhecidos Embargos de Divergência interpostos pela Braskem (pendente julgamento dos Agravos Internos) e pendente processamento e julgamento de Recurso Extraordinário interposto pela BAHÍAGÁS.

Pendentes de julgamento, ainda, Recursos Extraordinários interpostos pela Bahiagás questionando acórdão que manteve a sentença que julgou procedente pedido de indenização por perdas e danos.

b) Braskem - liquidação de sentença

Decorrente da decisão judicial proferida nos autos da Ação Declaratória, a qual estabeleceu o dever da Bahiagás de indenizar a Braskem pelos danos emergentes e lucros cessantes decorrentes da

redução dos volumes fornecidos pela Bahiagás àquela empresa, foi requerida Ação de Liquidação de Sentença.

Tal pedido de liquidação foi contestado pela Bahiagás sob o argumento, entre outros, de que não há comprovação nos autos de efetivo dano decorrente da redução do fornecimento do gás natural, estando atualmente distribuído à 7ª Vara de Relações de Consumo da Comarca de Salvador – Bahia, em fase de perícia técnica.

A Companhia não apresentou valor estimado para desembolso na liquidação, tendo em vista que a fase processual não sugere qualquer prognóstico que aponte contingenciamento. Ademais, o título executado é ainda passível de reforma em Recurso Extraordinário pendente de julgamento, existindo possibilidade de reversão da condenação ao pagamento de indenização, e, nos autos da Liquidação de Sentença, a decisão judicial a ser proferida poderá entender que não há qualquer comprovação de dano decorrente da redução do fornecimento de gás natural.

17. Débitos nas operações de venda de gás

Nos contratos de venda de gás natural firmados entre a Companhia e usuários industriais estão estabelecidos compromissos de retiradas de gás natural (“Take or Pay”), tendo sido efetuados pagamentos em 2018 e 2019 por parte dos usuários, os quais poderão ser recuperados no prazo previsto nos respectivos contratos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 438.992, e estava re-

presentado por 18.698.704 ações, sendo 6.232.900 ações ordinárias e 12.465.804 ações preferenciais, todas em classe única, sem valor nominal.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de julho de 2019 aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 1.290, proveniente da incorporação de incentivos fiscais (Reinvestimento) de redução de 30% do Imposto de Renda, com a emissão de 54.944 ações, sendo 18.314 ordinárias e 36.630 preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2019 aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 21.106, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda (Lei nº 4.239/63 e Lei nº 8.191/91), com a emissão de 899.027 ações, sendo 299.677 ordinárias e 599.350 preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 461.388, e está representado por 19.652.675 ações, sendo 6.550.891 ações ordinárias e 13.101.784 ações preferenciais, todas em classe única, sem valor nominal.

As ações preferenciais são nominativas, sem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendos obrigatórios e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos. O capital autorizado da Companhia é de 900.000.000 ações.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a composição acionária da Companhia está demonstrada como segue:

	Classe das Ações						Total			
	Ordinárias		Preferenciais		Quantidade		Quantidade			
	2019	%	2018	%	2019	%	2018	%		
Acionistas	3.340.967	51,0	3.178.792	51,0	-	-	3.340.967	17	3.178.792	17,0
Estado da Bahia	1.604.962	24,5	1.527.054	24,5	6.550.892	50,0	6.232.902	41,5	7.759.956	41,5
Gaspetro S/A	1.604.962	24,5	1.527.054	24,5	6.550.892	50,0	6.232.902	41,5	7.759.956	41,5
Mitsui Gás	-	-	-	-	13.101.784	100	12.465.804	100	19.652.675	100
Total	6.550.891	100	6.232.900	100	-	-	-	-	-	-

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia.

c) Reserva de Incentivos Fiscais

Incentivo Fiscal SUDENE 75% do IRPJ exercícios de 2019 e 2018:

O incentivo de redução de 75% do Imposto sobre a Renda e Adicionais incidentes sobre o lucro da exploração, conforme mencionado na Nota nº 3, letra j, foi de R\$ 13.495 em 2019 (R\$ 21.114 em 2018), relativo ao Laudo Constitutivo nº 0195/2011 e 0174/2019.

Incentivo Fiscal SUDENE por Reinvestimento IRPJ exercícios de 2019 e 2018:

O benefício SUDENE por Reinvestimento IRPJ foi suspenso para o exercício de 2019 conforme mencionado na Nota nº 3, letra j, tendo a Companhia usufruído em 2018 o valor de R\$ 1.268.

A Companhia depositou de janeiro a julho de 2019 o valor referente aos 30% do imposto devido sobre o Lucro da Exploração, totalizando R\$ 613 que foi revertido para a União em 30/12/2019 conforme estabelecido pela Portaria MDR nº 3.114, de 23.12.2019.

Total do Incentivo Fiscal SUDENE exercícios de 2019 e 2018:

Em 2019 a Companhia obteve o total de R\$ 13.495 (R\$ 22.382 em 2018) referentes aos incentivos fiscais Sudene de Redução sobre 75% do Imposto sobre a Renda e Adicionais incidentes sobre o lucro da exploração, relativo aos Laudos Constitutivos n.º 0195/2011 e 0174/2019.

d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, conforme determina a Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202. Conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2019, fo-

ram pagos juros sobre o capital próprio de R\$ 30.390 em 2019 (R\$ 33.939 em 2018), que na forma da legislação societária foram imputados aos dividendos, sendo registrados no patrimônio líquido.

	2019	2018
Saldo de fornecedor (passivo circulante)	196.609	210.902
Créditos a Receber – Petróbras	-	-
Compras de gás natural - custo dos produtos	2.004.151	1.572.891

Em 31 de dezembro de 2019, o volume de compras de gás natural pela Companhia atingiu 1.361.667 mil m³/ano (1.377.657 mil m³/ano em 2018), que corresponde a 3.730 mil m³/dia (3.774 mil m³/dia em 2018). Esse decréscimo de volume em 2018 de 1,16 % ocorreu principalmente em função da diminuição do consumo no segmento matéria prima.

b) Reembolso a Acionistas

Autorizados pela Assembleia Geral de acionistas, a Companhia reembolsa a remuneração dos empregados dos acionistas que foram cedidos à Bahiagás. O reembolso aos acionistas em 2019 foi de R\$ 655 (R\$ 655 em 2018), contabilizadas como Despesas de Pessoal.

c) Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores em 2019 foi de R\$ 1.272 (R\$ 1.004 em 2018), correspondendo a “benefícios de curto prazo a empregados e a administradores”, que estão apresentados na rubrica “Despesas Gerais e Administrativas” na demonstração do resultado.

	2019	2018
Honorários Diretoria	912	583
Honorários Conselho de Administração	312	312
Participação nos Lucros Diretoria	48	109
Total	1.272	1.004

25. Participação nos lucros e resultados

Em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.101/2000 e com a Política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia estipulou o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PPLR) para os exercícios 2018 e 2019, documento este que foi aprovado pelo Conselho de Administração na ata da sua 265ª Reunião e negociado junto a Comissão de Empregados e representante do Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico e Petrolífero da Bahia. O valor provisionado para o exercício de 2019 a título de Participação nos Lucros e Resultados aos empregados e administradores foi de R\$ 2.134 (R\$ 1.920 em 2018 provisionado exclusivamente para empregados).

26. Compromissos vinculados a contratos

A Companhia assumiu compromissos contratuais, cujos principais termos estão definidos a seguir: De acordo com o Contrato de Concessão firmado entre o Poder Concedente - Estado da Bahia e a Concessionária, o primeiro concedeu à Companhia os direitos de exploração dos serviços de distribuição de gás, por meio de canalizações.

Entre as obrigações assumidas pela Concessionária decorrentes do referido Contrato, destacam-se as seguintes: (i) realizar investimentos necessários à prestação do serviço concedido de forma a atender a demanda, nos prazos e quantitativos cujos estudos e viabilidade econômica justifiquem a rentabilidade dos investimentos realizados, garantindo sempre a segurança e a justa retribuição do capital investido; (ii) usar o domínio público necessário à execução do serviço, bem como promover desapropriações e constituir servidões de áreas declaradas de utilidade pública pelo concedente para prestação de serviços previstos no contrato; (iii) cobrar as tarifas na forma fixada no Contrato de Concessão; (iv) zelar pela Integridade dos bens vinculados à prestação dos serviços; (v) Prestar contas da gestão do serviço ao Concedente e aos usuários; (vi) permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras e instalações compreendidas na concessão, bem assim aos respectivos registros contábeis e (vii) manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados a concessão.

Contrato com a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.

Objetivando o fornecimento de gás natural aos usuários, a Companhia adquire junto a Petrobras, através de Contrato de Compra e Venda Fim Infelixível, com compromissos de retirada mensal de gás natural (Take or Pay) e de utilização mensal de capacidade de transporte de gás natural (En-cargo de Capacidade), a maior parte do gás que comercializa e distribui, com a garantia de retirada da quantidade diária contratada de 3.750 mil m³/dia. O vencimento do contrato com a Petrobras será em 31 de dezembro 2020.

Contrato com o Consórcio ERG Petróleo e Gás

A Bahiagás assinou em 1º de agosto de 2019 o 5º Aditivo ao contrato de compra e venda de gás natural com o Consórcio ERG, com previsão de retomada da operação em fevereiro de 2020. O contrato tem prazo de 52 meses e devido ao cronograma de implantação do Local de Transferência (LT) Dias D’Ávila, o fornecimento será realizado em dois períodos:

1º Período – Nos doze primeiros meses de operação o gás será entregue em Humildes (Feira de Santana), com quantidade contratada de 25.000 m³/dia

2º Período – O gás será entregue em Dias D’Ávila com quantidade contratada de 40.000 m³/dia até o fim da vigência do contrato.

O fornecimento de gás natural objeto deste contrato encontrava-se interrompido, sob alegação, pelo Consórcio, da ocorrência da depleção do Campo de Morro do Barro, produtor do gás comercializado. Com esse novo aditivo a Bahiagás irá conseguir recuperar 100% os créditos existentes relacionados a saldo de “Take or Pay”.

Contrato com a Imetame Energia Ltda.

A Bahiagás e a Imetame Energia assinaram o primeiro contrato de compra e venda de gás natural em 10 de agosto de 2018, com quantidade contratada de até 150.000m³/dia de gás natural. Em maio de 2019, os compromissos foram renovados através da assinatura do segundo contrato de compra e venda de gás natural. Trata-se de gás produzido na Bacia do Recôncavo e visa unicamente ao atendimento da UTE Prosperidade I, cuja potência é de 28MW, também de propriedade do grupo Imetame.

Tão logo seja regulamentado no estado o Serviço de Movimentação de Gás Canalizado e seja

	Ordinárias				Classe das Ações				Total		
	Quantidade		Preferenciais		Quantidade		Preferenciais		Quantidade		
	2019	%	2018	%	2019	%	2018	%	2019	%	2018
Acionistas	3.340.967	51,0	3.178.792	51,0	-	-					

25 ANOS LEVANDO MAIS ENERGIA PARA A BAHIA.



SALVADOR
Avenida Professor Magalhães Neto, 1838,
Ed. Civil Business – Pituba.
CEP: 41.810-012
Tel.: (71) 3206-6000
CNPJ: 04.432.153/0001-20

CAMAÇARI
Via Axial, 279,
Polo Petroquímico de Camaçari.
CEP: 42.810-400

ITABUNA
Rodovia BR-415, s/n,
Centro Industrial de Itabuna.
CEP: 45.604-811

FEIRA DE SANTANA
Rodovia BR-415, s/n – Subaé.
CEP: 44.001-535

EUNÁPOLIS
Rua Floriano Peixoto, 293 - Centro.
CEP 45.820-340

MUCURI
Avenida Costa Rica, 164,
Distrito de Itabá – Cidade Nova.
CEP: 45.936-000

JEQUIÉ
Avenida César Borges, 815,
Jequiezinho.
CEP: 45.208-001



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

aprovada a tarifa de movimentação de gás natural pela AGERBA, o contrato de compra e venda atualmente em vigor deverá ser rescindido pelas partes, que assinarão, a partir de então, contrato de prestação de serviços de movimentação de gás natural, o qual deverá representar a primeira contratação deste tipo feita pela Bahiagás.

Contrato com a Alvopectro S.A.

Em 30 de abril de 2018 foi assinado contrato de suprimento com a Alvopectro, produtor independente de óleo e gás da Bacia do Reconcavo, que irá fornecer até 500.000 m³/dia de gás natural à Bahiagás em diversas modalidades, proveniente da jazida unitizada dos campos de Caburé, Caburé Leste e Cardeal do Nordeste, operados pela IMETAME.

O projeto, cujo cronograma prevê início de fornecimento em abril de 2020 e investimentos da ordem de 30 milhões de reais, contempla a construção de estação de transferência de custódia (ETC) para recebimento do gás no município de Mata de São João e gasoduto de

distribuição de 15km de extensão, até o município de Dias D'Ávila. A Alvopectro está construindo, entre os municípios de Camaçari e Mata de São João, gasoduto de escoamento e uma UPGN (Unidade de Processamento de Gás Natural), para garantir a qualidade do gás entregue conforme regulamentação da ANP.

Contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB

O Contrato de Financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB foi assinado em 19/12/2018, respaldado em autorização do Conselho de Administração, no valor de até R\$ 56.539, como parte dos recursos necessários para implantação do primeiro trecho do gasoduto do sudoeste da Bahia, com recursos do FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. Foi autorizada também a constituição das seguintes garantias: Fiança Bancária e Cessão Fiduciária de Conta Reserva. O prazo total da operação é de 8 anos, sendo 2 de carência.

ções disponíveis e metodologias de avaliação própria. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. Não houve operações com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

28. Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros para os bens do ativo intangível, e outros seguros, contratados nas seguintes modalidades e valores:

O valor em risco atribuído a contratação do Seguro Riscos Nomeados, corresponde a R\$ 654.121 ao final de 2019 (R\$ 516.715 em 2018), para cobertura da totalidade dos bens localizados na sede e nas filiais da Companhia, bem como, nos municípios atendidos pela rede de distribuição de gás sob a gestão da Companhia na qualidade de concessionária. Os seguros

As taxas negociadas com o Banco consideram o Custo Anual de IPCA + taxa fixa a.a, a ser calculada de acordo com a metodologia definida na Resolução CMN N° 4.622, de 2 de janeiro de 2018.

O valor do financiamento corresponde a 80% do valor total do investimento de R\$ 70.674,05, referente ao 1º Trecho do Projeto de Construção do Duto de Distribuição de Gás Natural (Itagibá-Jequié).

Em 2019 ocorreram duas liberações de recursos pelo BNB. A primeira em junho, no valor de R\$ 21.613 e a segunda em outubro, no valor de 26.720, totalizando R\$ 48.333.

Contratos de aluguel da sede

A Bahiagás possui contrato de aluguel do prédio onde funciona sua sede. Este contrato tem um prazo de 10 anos (120 meses), tendo ocorrido seu início em 01 de agosto de 2016. Em 31 de dezembro de 2019, ainda restam 79 meses de contrato e o valor atual do pagamento mensal é de R\$ 362.

contratados foram considerados suficientes pela Administração.

29. Eventos Subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada. No entanto, diante da imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do seu efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar seus impactos nas operações e nas demonstrações financeiras.

Lene Matos de Oliveira Contadora CRC/BA 21.132	Luiz Raimundo Barreiros Gavazza Diretor Presidente CPF: 124.838.935-20
Lauro Daniel Beisl Perdiz Diretor Administrativo e Financeiro CPF: 505.207.175-20	Gabriela Damasceno Duarte Diretora Técnica e Comercial CPF: 021.351.397-85

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – RAI - ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2019

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHIAGÁS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA DE CAPITAL FECHADO - CNPJ (MF) 34.432.153/0001-20
Av. Professor Magalhães Neto n° 1838 - Pituba - CEP 41.810-011
Salvador/BA - Telefone: (71) 34021050 - Site: www.bahiagas.com.br
Prezados Senhores,

I - INTRODUÇÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIAGÁS** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

II - OPINIÃO SEM RESSALVA

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHIAGÁS** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

III - BASE PARA OPINIÃO SEM RESSALVA

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

IV - ÊNFASES

Ênfase nº 01 – Implantação Parcial dos Preceitos Determinados na Lei 13.303/2016

Sem modificar a nossa opinião, enfatizamos conforme consta da nota explicativa 01, que a Companhia implantou apenas parcialmente alguns preceitos exigidos na Lei Federal n° 13.303/2016 e dos Decretos Estaduais n° 18.470/2018 e 18.471/2018, conforme relato que transcrevemos adiante:

- ✓ Os requisitos de transparência definidos nos incisos I, III, IV, V, VI, VII e VIII, do Art. 8°, da Lei 13.303/16 vêm sendo atendidos pela Administração da Bahiagás.
- ✓ Visando atender às disposições do inciso II, do Art. 8°, da Lei 13.303/16, os Administradores já submeteram às instâncias societárias competentes a proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia, a qual contempla a criação do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Elegibilidade, a nova composição do Conselho de Administração, além da Política de Indicações.
- ✓ Foram aprovados pelas instâncias societárias competentes, estando vigentes na Companhia, os seguintes instrumentos normativos: Código de Conduta e Integridade, Política de Conformidade, Política de Gestão de Riscos e a Política de Porta-Vozes.
- ✓ O Plano de Negócios e de Estratégia de Longo Prazo para os exercícios que se iniciam vem sendo apresentado pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração de acordo com os registros do §1º, do Art. 23, da Lei 13.303/2016.
- ✓ Práticas de gerenciamento de riscos e de controle interno foram implementadas pela Administração, inclusive com a inclusão da Gerência de Auditoria Interna na estrutura organizacional da Companhia, além da criação de um Comitê de Gestão de Riscos, ambos em atividade.
- ✓ A proposta de Regulamento Interno de Licitações e Contratos já foi submetida pelos Administradores às instâncias societárias competentes, as quais não deliberaram sobre o assunto até o momento. Apesar disso, as diretrizes gerais sobre licitações e contratos vêm sendo cumpridas, a partir das rotinas e instrumentos relacionados às atividades de contratação.

Em 17 de dezembro o Tribunal de Contas do Estado da Bahia expediu Resolução n° 170/2019 estabelecendo prazo de 60 dias (já expirado) para que dentre outras a BAHIAGÁS, apresentasse o seu Plano de Ação com iniciativas a serem implementadas para adoção integral das diretrizes de governança preconizadas na aludida Lei 13.303/2016. Enfatizamos que até a conclusão do nosso trabalho o precitado plano de ação não foi apresentado.

Ênfase nº 02 – Contingência com Prognóstico de Possível Perda – BRASKEM S/A

No teor da Nota Explicativa nº 16, que integra o conjunto das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019, a "Companhia" esclarece que não foi possível estimar o valor possível de ser desembolsado e por isso não fez constar em nota explicativa sobre o andamento da Ação Civil iniciada em dezembro de 2002, movida pela BRASKEM S/A, inscrita no CNPJ(MF) sob N° 42.150.391/0001-70, relativa ao processo de número 0095323-68.2010.805.0001, que tramita em 1ª instância na 7ª Vara de Relações de Consumo da Comarca de Salvador, no qual postula-se o fornecimento de 1.200.000m³ diários de gás natural canalizado.

Sem modificar nossa opinião enfatizamos que embora já exista sentença desfavorável à Companhia, e que os valores envolvidos sejam de tal magnitude que poderiam consumir todo seu Patrimônio Líquido, ainda assim, seus administradores e assessores jurídicos, entendem ser possível reverter tal situação, de modo que nenhum valor foi registrado contabilmente em "Provisão para Contingências Passivas" devido às incertezas atinentes ao valor final questionado e ao prazo necessário para o desfecho do aludido litígio.

Ênfase nº 03 – Eventos Subsequentes

Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa nº 29 que passamos a transcrever:

- ✓ Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- ✓ Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada. No entanto, diante da imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do seu efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

- ✓ A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição

patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar seus impactos nas operações e nas demonstrações financeiras.

V - PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

5.1 Tributos a Recuperar - Créditos Tributários (Nota Explicativa nº 08)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 08, as demonstrações contábeis sob nosso exame, incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$47.550 em 31/12/2019 (R\$40.783 em 31/12/2018) cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por orçamento/plano de negócios.

Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins de verificar a realização desse ativo, a Companhia adota premissas baseadas em suas estratégias e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no seu mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos de créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia em seu plano de negócios, efetuamos teste de recálculo das projeções baseadas em tais premissas e avaliamos se as condições para registro desses ativos atendiam às diretrizes do arcabouço normativo pertinente à matéria. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos.

Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores recuperáveis dos Tributos a Recuperar registrados em Créditos Tributários no contexto das demonstrações contábeis, mas entendemos que o cenário citado na nota explicativa nº 29 pode impactar diretamente no seu prazo de realização se a manutenção do regime superavitário de 2019 não se consolidar nos próximos cinco exercícios.

5.2 Provisão para Contingência - Litígios de Provável Perda (Nota explicativa nº 16)

Observando ao que determina a NTG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia efetua provisão com base em avaliação de classificação e qualificação dos riscos com probabilidade de um desfecho desfavorável, considerada como de perda provável, cujo montante registrado é de R\$ 27.577 em 31/12/2019 (R\$ 7.282 em 31/12/2018). Para as ações classificadas e qualificadas como de perda possível, apenas é mencionado em notas explicativas o montante estimado de R\$143.500 mil em 31/12/2019 (R\$124.197 mil em 31/12/2018).

Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, conjuntamente com seus assessores jurídicos, considerando-se as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. Os litígios classificados e qualificados como de remota perda, não são registrados contabilmente ou mencionados em notas explicativas.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos vultuosos valores litigiosos nos processos prognosticados como de possível perda, bem como devido a subjetividade em relação ao grau de segurança no julgamento que precisou ser exercido pela Administração da Companhia, para a determinar se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente jurídico no Brasil.

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização para os advogados da Companhia na data-base de 31 de dezembro de 2019, análise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ(MF) da Companhia diretamente junto aos "sítios" dos diversos Tribunais, o registro de ações impetradas, por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados à identificação, à avaliação, à mensuração e à divulgação das Provisões e Passivos Contingentes.

Supletivamente, com base em testes de substância e de observância, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizadas e metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos da Companhia, bem como mediante dados e informações históricas acerca de mérito e jurisprudência a ser consideradas.

Esse trabalho incluiu também analisar se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço normativo do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, notadamente a NBC TG 25(R2) e, se fornecem informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Companhia está envolvida.

III - RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

IV – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e

emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem o parágrafo dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA's). Usualmente descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

VI – OUTROS ASSUNTOS

6.1 Relatório da Administração:

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

6.2 Demonstração do Valor Adicionado – DVA:

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da **COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHIAGÁS**. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

6.3 Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório emitido em 25 de março de 2019, com modificação de opinião, devido a ressalva relativa ausência revisão de estimativas em relação a vida útil do dos bens que compõem o ativo intangível.

Recife/PE, 23 de março de 2020

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9
Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2

Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 0211100/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL - EXERCÍCIO 2019 COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHIAGÁS - CNPJ (MF): 34.432.153/0001-20 NIRE: 293.000.18155

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás da Bahia – BAHIAGÁS, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6.404/1976, examinou o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras, as notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes emitido AUDIMEC – Auditores Independentes, datado de 23 de março de 2020, apresentado sem ressalvas, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados pelos membros da administração e tendo em conta, ainda, o parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente a proposta da Administração relativa à destinação do lucro do exercício de 2019, a serem submetidos à Assembleia Geral de Acionistas. Salvador/BA, 31 de março de 2020.

LUIZ HENRIQUE GONZALES D'UTRA

ELBALVES DE BRITTO
MARCO FRANCESCO PATRIARCHI

BRUNO DO PRADO CASTILHO
JASSICON QUEIROZ DOS SANTOS

CONTADORA

Lene Matos de Oliveira
CRC/BA 21.132

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcus Benício Foltz Cavalcanti | Alex Sandro Gasparetto |
Luiz Raimundo Barreiros Gavazza
Maurício Teles Barbosa | Ricardo Antônio Cavalcanti Araújo

DIRETORIA

Lauro Daniel Beisl Perdiz
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 505.207.175-20

Luiz Raimundo Barreiros Gavazza
Diretor Presidente
CPF: 124.838.935-20

Gabriela Damasceno Duarte
Diretora Técnica e Comercial
CPF: 021.351.397-85